

O NELPRU (NÚCLEO DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA RURAL): APRESENTAÇÃO DE ALGUNS RESULTADOS

NELPRU (NUCLEOUS OF STUDIES OF THE PORTUGUESE LANGUAGE IN THE RURAL AREA) PRESENTATION OF SOME RESULTS

Norma Lucia Fernandes de Almeida

Prof. Assistente (DLET/UEFS)

E-mail: norma@uefs.br

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Prof. Assistente (DLET/UEFS)

E-mail: zenaide@uefs.br

RESUMO — *Este artigo apresenta alguns resultados de análises descritivas da língua portuguesa falada em áreas rurais do interior da Bahia no âmbito do NELPRU (Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa Rural/UEFS).*

PALAVRAS-CHAVE: *Português rural brasileiro; Sócio-lingüística; Variação.*

ABSTRACT — *This paper presents some results from descriptive analyses of the rural Portuguese spoken in Bahia, undertaken by NELPRU (study group at the State University of Feira de Santana in Bahia, Brazil).*

KEY-WORDS: *Rural Brazilian Portuguese; Social-linguistic; Variation.*

1 APRESENTAÇÃO

Podemos postular diferentes gramáticas ou uma mesma gramática para o português falado em diferentes regiões rurais do semi-árido baiano? Em outras palavras, as variações dialetais

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Letras e Artes. Tel./Fax (75) 224-8265 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460. E-mail: let@uefs.br

se processam no interior de uma mesma gramática? Essa indagação nos levou a implementar na Universidade Estadual de Feira de Santana, em 1996, um projeto intitulado *A Língua Portuguesa no Semi-Árido Baiano*, atualmente integrante do NELPRU-Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa Rural.¹

Concordamos, com o proposto por Mattos e Silva (2001), que o estudo do português popular é fundamental para o conhecimento do processo de constituição do português brasileiro. Esse português, segundo a autora, tem como antecedente histórico o *português geral brasileiro*, “que, adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, é difundido pelo geral do Brasil”.

O NELPRU está inserido em uma proposta que visa a realizar estudos com comunidades rurais muito pouco escolarizadas e vem procurando atingir os seus objetivos iniciais que estão relacionados a dois subnúcleos: 1. *banco de dados* de gravações de fala de diversas regiões rurais representativas do processo de urbanização do interior da Bahia; 2. *estudos lingüísticos* realizados com base nos resultados do banco de dados.

Esses núcleos foram pensados a partir de algumas questões:

1. a) A língua portuguesa falada no interior da Bahia reflete, ainda, processos lingüísticos possivelmente ocorridos a partir do contato da urbanização portuguesa com os dois outros principais vetores de povoamento, a saber, o africano e o indígena?

b) O que poderia ter determinado as possíveis influências das línguas africanas e indígenas no processo de formação da língua portuguesa, o percentual de falantes, seja das línguas africanas, do português ou das línguas indígenas, ou a forma de contato entre os falantes das mesmas?²

2. Quais aspectos gramaticais podem ser relacionados a fatores sócio-histórico-cultural e/ou a fatores geográficos?³

Levando-se em conta esses dois questionamentos iniciais, dividiremos esse texto em duas partes: a primeira referente às motivações sócio-histórica-demográficas para a escolha das localidades e microrregiões que estão sendo trabalhadas e a segunda referente a alguns resultados de análises lingüísticas feitas com os dados dessas comunidades.

Passemos, então, à primeira parte, que se refere a escolha das localidades:

2 SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICO-DEMOGRÁFICA DA BAHIA E SUAS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS LINGÜÍSTICAS (OU COMO TUDO COMEÇOU...)

O processo de colonização da Bahia, em geral, é atribuído à inter-relação de aspectos econômicos, geográficos e, também, religiosos (basicamente na primeira fase do período colonial). Nesse período, o contato e o choque com os indígenas, a importação forçada de grande número de escravos, a presença de população européia, principalmente portuguesa, levam à formação de uma sociedade multirracial com contornos diferenciados quando se considera a maior ou menor atuação de um desses aspectos através dos séculos. Neste sentido, faz-se necessário uma análise dessa formação com vistas a verificar se tais fatos influenciaram na questão lingüística e, se houve algum tipo de influência, em que medida elas aconteceram de região para região.

Vejamos agora, de forma bastante resumida, alguns fatos que marcaram esse processo de urbanização do estado da Bahia, sobretudo, no período entre os séculos XVI e XIX (MATTOSO, 1992; SILVA, 1989; ALMEIDA; CARNEIRO, 1999):

1- Século XVI - Início da colonização, que se divide em duas fases: uma anterior a 1534, com um numeroso povoamento indígena (estima-se em milhares, principalmente das tribos Tupis, Tupinambás, Tupiniquins, ao longo da costa e os Jês e Cariris mais a Nordeste do estado) inversamente proporcional ao número de europeus (mais ou menos 50). Os núcleos urbanos se restringiam a pequenas feitorias para defesa da costa. Os primeiros foram: Vila Velha/Salvador (1525/1530), Porto Seguro (1535), Ilhéus (1536), Santa Cruz (1536) e posteriormente Santo Amaro (1549?). Na segunda fase, a partir de 1534, essa situação começa a mudar, o que, em geral, é atribuído à criação das capitânicas hereditárias e à chegada do primeiro governador da Bahia, Tomé de Souza, em 1549, com uma armada composta

por 1080 homens, basicamente portugueses e espanhóis. Nesse período, alguns fatos são determinantes para o povoamento não-autóctone da Bahia, a saber: a) doação de terras (sesmarias) a colonos portugueses, principalmente o grande latifúndio de Garcia d'Ávila (as terras da Casa da Torre) e posteriormente, a do Conde D'Eu (as terras da Casa da Ponte); b) implantação dos primeiros aldeamentos indígenas pelos missionários jesuítas, principalmente, na Região de Salvador³ (posteriormente, incorporados à cidade), na Região Sul e no Sertão, já no início do século XVII.² c) implementação da agroindústria açucareira no Recôncavo que iria se configurar, no século XVII, com uma das mais marcantes entre outras culturas, como: o fumo, o algodão e a pecuária. O Recôncavo, além de ser o núcleo mais povoado da costa, foi, por muito tempo, a hinterlândia de Salvador, apresentando como característica marcante o fato de se configurar como umas das mais importantes malhas populacionais de origem africana, substituindo, pouco a pouco, os escravos indígenas.

A expansão da urbanização na Bahia, fruto do longo processo colonizatório, começou a partir da concentração na Região Metropolitana de Salvador e pontos do Extremo Sul e do Recôncavo, em direção ao interior, via Paraguaçu e Vale do São Francisco, como também a expansão da pecuária já no final do século XVII, com comunidades urbanas antecedendo às rurais.

1-Século XVII – consolidação e maior demanda econômica da agroindústria açucareira no **Recôncavo**, que apresenta, já a partir do século XVIII (censo de 1724), um índice populacional de 39.688 (distribuído entre homens e mulheres livres, criados e escravos negros), representando 49,69 % da população total do estado da Bahia. Nas demais regiões, para esse mesmo período, temos: Salvador, com 24.993, Litoral Sul, que inclui *Ilhéus*, *Boipeba*, *Camamu* e *Cairu*, com 7.409 e o Sertão, envolvendo as paróquias do *Rio São Francisco*, com 2.774, *Jacobina*, estimada em (5.000), e *Sergipe de El-Rey*, com 7.676. Vemos, assim, que o Recôncavo apresentava, nesse período, uma densidade populacional bastante acentuada em relação às demais regiões. Nesse período, surgem as primeiras estradas para o Norte e Nordeste da Bahia, mudando a configuração das vias de comunicação (antes não havia rotas terrestres).

1.1 *Século XVIII* - exploração de minérios na Chapada Diamantina - semi-árido baiano (*Rio de Contas, Lençóis* até os limites de *Jacobina*) impulsionando movimentos migratórios internos, levando a um aumento temporário da população, uma vez que esses movimentos estavam atrelados ao tempo, à duração e à rentabilidade desse tipo de extração em zonas de mineração. No que se refere ainda à questão populacional, a região apresenta aspectos que, de certa forma, foram comuns a outras regiões de extração de minérios no Brasil durante o século XVIII. A grande presença de portugueses e brasileiros vindos de diversas regiões da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo dá-se, lado a lado, com a presença marcante de escravos africanos.

2. *Século XIX* - coeficiente populacional bastante reduzido no Sertão, diferindo da Região do Recôncavo, como coloca Kátia Mattoso (1992, p. 74),

de modo geral, o desenvolvimento das populações sertanejas e das grandes propriedades interioranas, tão afastadas da sede do governo, não seguiu o modelo do Recôncavo. No longínquo sertão, os núcleos de povoamento permaneceram, durante muito tempo, verdadeiros mundos perdidos, isolados, com a população rarefeita e itinerante.

Somente a partir do século XIX é que esse quadro começa a mudar com o crescimento demográfico bastante elevado, o que geralmente é atribuído, entre outros fatores, ao maior avanço das boiadas e à abertura de novas vias de comunicação, embora já antes demarcadas por missões religiosas³ e rotas fluviais, via Rio São Francisco.

Diferentemente não só do Recôncavo, mas também da Chapada, o Sertão, ou, no caso específico da região econômica da Serra Geral, segundo dados da pesquisa desenvolvida por Erivaldo Neves em (*Caitité/Igaporã*) (1996, p.37), houve um povoamento bastante particular. Dos 522 escravos citados em 30 inventários de 1768 a 1833, em mais de 53% das fazendas havia, no máximo, 10 escravos. E, enquanto o Recôncavo mobilizava grandes contingentes de escravos africanos na monocultura da cana-de-açúcar,

As policulturas sertanejas, ao contrário, empregavam pouca gente por unidade produtiva. Não se encontra com frequência no Alto Sertão da Serra Geral detentores de numerosa escravaria numa só fazenda. Os grandes proprietários geralmente distribuíam seus escravos em pequenos grupos por várias fazendas [...].

Além disso, no sertão, o contato entre senhores, agregados mestiços/brancos e escravos é muito mais íntimo, não se podendo, às vezes, dizer qual era a moradia de um e de outro. Esses fatos podem ter levado a uma formação lingüística diferenciada dentro de um único estado, pois, enquanto em algumas regiões havia um grande número de africanos e descendentes de africanos, em outras esse número era bastante reduzido, mudando também a forma de contato entre senhores, escravos e até índios.

Assim, no que se refere ao objeto de estudo dessa pesquisa, estudo da língua portuguesa no semi-árido baiano, a trajetória de urbanização do estado da Bahia, marcada pelos fatores citados acima e por sua expansão dos séculos XVI ao XX poderia talvez condicionar, de alguma forma, a questão da língua portuguesa na Bahia. Nesse sentido, é de fundamental importância procurar possíveis vestígios na fala de pessoas mais velhas, que tenham, de certa forma, se mantido na comunidade sem viajar para outros lugares, ou seja, que possam realmente representar o vernáculo de determinada comunidade rural.

2.1 Área de atuação

No quadro a seguir, relacionamos os municípios representativos no projeto das regiões acima mencionadas.

3 ALGUNS RESULTADOS DE ANÁLISES LINGÜÍSTICAS

3.1 A língua portuguesa no interior da Bahia: gramáticas ou gramática?

Apresentamos agora resultados de alguns estudos parciais realizados com dados do NELPRU. A descrição dos dados teria ainda como meta final a comparação com estudos realizados

em outras localidades da Bahia e também poderia propiciar a comparação desses resultados com trabalhos feitos em diferentes regiões do Brasil (como, por exemplo, a proposta feita no IV Congresso de Estudos Lingüísticos e Literários da UEFS, em 1998, de formação de uma rede de pesquisadores em variação lingüística do Nordeste, o VARLINE).

Quadro 1 - Relação dos municípios que serão (e que estão sendo) usados para se fazer o levantamento de dados

Municípios	População			Pessoas com + de 4 anos de escolaridade	Distância de Salvador (Km)
	Total	Homens	Mulheres		
Barra	40.085	20.367	19.718	12.903	650
Boa Vista do Tupim	13.383	6.777	6.606	5.390	317
Bom Jesus da Lapa	52.514	26.101	26.413	17.914	902
Caem	17.120	8.578	8.542	5.267	329
Canudos	17.256	8.630	8.623	4.838	410
Euclides da Cunha	50.213	25.200	25.013	14.982	315
Feira de Santana	450.487	215.071	235.416	154.043	109
Jeremoabo	33.357	16.863	16.494	9.429	356
Miguel Calmon	32.148	16.017	16.131	9.016	368
Monte Santo	52.551	26.514	26.037	11.878	352
Morro do Chapéu	31.979	16.067	15.912	8.957	388
Paulo Afonso	93.609	45.158	48.451	28.582	435
Quixabeira	14.821	7.496	7.325	4.596	928
Rio de Contas	13.271	6.335	6.936	3.856	730
Serrolândia	12.536	6.185	6.351	3.695	320
Vitória da Conquista	242.155	116.959	125.205	69.932	327

Fonte: Contagem por sexo, domicílio (urbano e rural) IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -1996.

3.2 O subnúcleo 2 ‘banco de estudos lingüísticos: a concordância verbal em três microrregiões do semi-árido’

O subnúcleo 2 do NELPRU, como já dito, possui alguns resultados de estudos do português falado na região do semi-árido baiano que podem apontar talvez direções no que diz respeito à pergunta inicial sobre a existência de uma ou mais gramáticas nessa região.

Nesse trabalho, vamos nos deter no uso variável da concordância verbal no que se refere à variante explícita de plural e à variante zero em elementos verbais da 3ª pessoa do plural ou P6, conforme ilustram os exemplos abaixo:

VARIANTE EXPLÍCITA

(1) “Aí, eles ficaram morrendo de vergonha”(Barra/Banana – Im1a)

(2) Se vem aqui dá ... dá assim, um recado, eles num dão, porque, de vez em quando, viro se achano diminuído...(Piabas – m1a)

VARIANTE ZERO

(3) “Eles pega0 uma casa aí”(Barra/Banana – h3n)

(4) Então, as criança é0 meio fraqu~ia, com vergonha de tudo (Piabas – m1a)

Como é sabido, o Português Brasileiro (PB), especificamente o Português Popular Brasileiro (PPB) vem sofrendo uma redução no seu paradigma verbal, o que teria levado, conseqüentemente, ao desaparecimento da concordância verbo/sujeito. Este é um fenômeno que tem sido trabalhado tanto por gerativistas quanto por sociolingüistas.

Com base na perspectiva gerativa, Galves (1993) propõe que o desaparecimento da concordância teria motivado uma reestruturação da oração subjacente do PB e, conseqüentemente, levado a várias mudanças, como o aumento do objeto nulo, o uso da ordem canônica, a SV, a diminuição da freqüência de

concordância em estruturas com o *se* e a mudança na colocação dos clíticos, entre outras.

Os sociolinguistas têm buscado verificar, por outro lado, se esse fenômeno é resultante do contato do português com as línguas africanas e brasílicas ou da deriva interna, já prevista na ‘configuração’ das línguas românicas por Naro e Scherre (1993, 1999), Scherre e Naro (1997, 1998).⁴

Como vimos, esse é um tema bastante estudado, entretanto, continua, ainda, em pauta. Nesse aspecto, este trabalho pretende dar uma contribuição à discussão em torno do uso variável da concordância verbal no PB, nomeadamente no português falado na zona rural baiana, na medida que estamos trabalhando com dados sincrônicos de comunidades rurais que poderão ajudar a esclarecer alguns dos problemas em que o trato com *corpora* urbanos não são tão eficientes. Ressalve-se, por exemplo, a questão da crioulização.⁵

As pesquisas com a concordância a serem apresentadas aqui, como já mencionado, são conclusões de dois estudos pilotos realizados com dados do NELPRU das localidades de Piabas-Caem (1996), Barra/Bananal-Rio de Contas (2000) a partir de gravações realizadas na década de 90 e da dissertação de mestrado do Prof. Juvenal Vieira (1981), que estudou a concordância verbal em São José das Itapororocas. A metodologia desses trabalhos baseia-se, em linhas gerais, na sociolinguística quantitativa laboviana (1972). Para a quantificação e contagem dos dados, foi utilizado o programa matemático e estatístico Varbrul, (PINTZUK, 1988 e NARO 1992).⁶

3.2.1 A concordância verbal em três microrregiões da Bahia: similaridades

Os resultados sobre o uso da concordância verbal na 3ª pessoa do plural no vernáculo das localidades representativas de três microrregiões em estudo (Barra/Bananal/Chapada Diamantina, São José das Itapororocas/Paraguaçu e Piabas/Piemonte da Diamantina) indicam o traço de *concordância*, conforme demonstram as respectivas freqüências 9,59% , 20,33% e 27,00%. Esses dados são interessantes, uma vez que em nenhuma das localidades

o percentual de concordância é maior que 50%. A exceção fica por conta de São José das Itapororocas entre os falantes de 1º grau completo, subindo de 20,33% para 55,90%.

Esses dados nos levaram a considerar o fenômeno a partir de duas perspectivas distintas, destacadas em *a* e *b* abaixo:

a) uma gramática de [- concordância] para a situação atual do vernáculo dessas localidades, portanto uma situação de similaridade.

b) por sua vez, o conflito de gramáticas estaria condicionado ao contato via escolarização (conforme indica a elevação do percentual de 20,33% para 55,90% em São José das Itapororocas) ou *as correntes* de contatos externos dos mais variados tipos⁷. Tais fatores levariam a uma possível situação de aquisição de um maior percentual de uso de marcas explícitas de plural.

Esses fatos comprovam a sensibilidade do fenômeno ao contato externo, relacionando-se, portanto, a fatores socio-culturais e não a fatores geográficos. (pergunta 2 acima).

Uma hipótese que poderia ser formulada é a de que o conflito de gramáticas não levaria ao uso de um padrão culto radical com todas as marcas explícitas de plural, uma vez que a própria língua alvo dos falantes da zona rural, o português urbano, estaria em situação de conflito, conforme demonstram os estudos sobre o fenômeno.

Naro e Scherre (1999, p. 93-114), ao considerarem os níveis de escolarização na aquisição de marcas explícitas de plural no português urbano mostram que os falantes com oito anos de escolarização apresentam um percentual de 78% e atingem, no máximo, 81% com onze anos de escolarização. Nesse sentido, o recontato dos informantes da localidade de São José das Itapororocas que foi iniciado por Ana C. Silva, após 20 anos da gravação do *corpus* feito por J. Vieira, poderá ajudar a esclarecer, de forma mais precisa, como se dá esse contato entre gramáticas e fornecer um perfil desse processo de aquisição da variante culta em contexto de mudança em tempo real de curta duração.

Além disso, seria importante estender esses estudos às outras pessoas verbais.

Com relação à questão feita nas considerações iniciais, repetida abaixo:

1. a) A língua portuguesa falada no interior da Bahia reflete, ainda, processos lingüísticos possivelmente ocorridos a partir do contato da urbanização portuguesa com os dois outros principais vetores de povoamento, a saber, o africano e o indígena?

b) O que poderia ter determinado as possíveis influências das línguas africanas e indígenas no processo de formação da língua portuguesa? O percentual de falantes, seja das línguas africanas, do português ou da línguas indígenas ou a forma de contato entre os falantes das mesmas?⁸

Até onde pudemos verificar, após seis anos de viagens ao semi-árido baiano, vimos que os núcleos rurais, em sua maioria, têm contatos com centros urbanos de médio e grande porte, embora seja importante destacar que as pequenas localidades visitadas ainda possuam população de maioria iletrada ou com baixo nível de letramento.

São poucas as comunidades semi-isoladas, como por exemplo, a de Cinzento/Vitória da Conquista e Rio das Rãs/Bom Jesus da Lapa, de origem quilombola⁹. Nesse sentido, esperamos que os estudos nessas localidades possam ainda refletir uma fase anterior do português popular rural, a do multilingüismo.

Um outro ponto que poderia ser destacado diz respeito à forma de contato entre africanos e portugueses. A localidade de Barra/Bananal na Chapada Diamantina, a que apresentou o menor percentual de marca explícita de plural na P6, é representante do 'período da mineração' com um tipo de contato diferente do que ocorreu no sertão (NEVES, 1998).

Assim, para finalizar, informamos que diversas outras propostas com outros temas de estudos estão previstas no NELPRU.

NOTAS

¹ Iniciamos esse trabalho em 1993, momento em que começamos a fazer coletas periódicas de fala em comunidades rurais da Bahia, quando da nossa participação no projeto *Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas*, coordenado por Alan Baxter/La Trobe/Austrália e Dante Lucchesi/UFBA/Brasil. Em 1994, iniciamos a elaboração do projeto *A língua portuguesa no semi-árido baiano*, de nossa autoria.

² Como já vem sendo demonstrado em pesquisas demográficas, como por exemplo, sobre a presença de africanos no interior da Bahia. Essa presença é diferente das áreas de *plantation* (Recôncavo). No sertão as relações de trabalho e a concentração do elemento africano foram bastante variadas. Fagundes, (1998) (1996:38) chama a atenção para as relações desse tipo: *o fato de pequenos proprietários e suas famílias trabalharem conjuntamente com seus cativos possibilitava maior proximidade entre escravos e senhores*.

³ Ver nota 2.

⁴ Em seus estudos mais recentes Naro e Scherre (1993, 1998) postulam que a origem primeira do desaparecimento da concordância veio de Portugal, mas que as formas de contato, ocorridas na fase de nativização do PB, podem ter tido, também, algum papel relevante nesse processo de mudança.

⁵ Neste aspecto, Mello (1998:74) diz que “o contato entre o português e línguas africanas no Brasil provavelmente ocasionou o surgimento de línguas crioulas em áreas rurais (...) Nos centros urbanos, entretanto, a formação de crioulos teria sido altamente improvável”.

⁶ No trabalho de Juvenal Vieira foi utilizada a versão de Rousseau & Sankoff, 1978).

⁷ Como, por exemplo, o contato com a mídia que não foi testado, tendo em vista, ainda ser pequeno nas comunidades de Barra/Bananal e Piabas na época da gravação dos *corpora*.

⁸ Ver nota 2.

⁹ A exemplo da localidade de Helvécia, na região sul, fora do semi-árido baiano, estudada por Dante Lucchesi (cf. referências bibliográficas).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. Lucia F. de; CARNEIRO, Z. de O. N. Constituição de um corpus lingüístico em comunidades rurais: uma experiência no semi-árido baiano. In: MOURA, D. **Os múltiplos usos da língua**. Macéio: UFAL, 1999. p. 393-401.

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. **Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro**. [s.l.]: Papia, 1993. p.59-71.

CARNEIRO, Z. de O.; ALMEIDA, N. L. F. de. **Notícias sobre o banco de textos de Feira de Santana e Cachoeira**. Comunicação apresentada no 3º Seminário para o Projeto *Para a história do português brasileiro*, Campinas: UNICAMP, 1999.

CARNEIRO, Z. de O. N. **O paradigma verbal de Piabas**. Comunicação apresentada no 1º Simpósio Nacional de Estudos Lingüísticos (SNEL), João Pessoa: UFPB, 1997. mimeografado.

GALVES, C. M. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 387-408.

GALVES, C. **A sintaxe do português brasileiro**. [s.l.: s.n.], 1987. p. 31-50. (Col. Ensaios de Lingüística, 13).

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

MATTOSO, K. M. de Q. **Bahia século XIX: uma província no Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOS E SILVA, R. V. **Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa**. In: _____. *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2001. v. 2.

MELLO, H. O português vernáculo do Brasil. In.: MATTHIAS, P. E. SCHWGLER (Ed.). **América negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas e portuguesas y criollas**. Vervuet, 1998.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Sobre as origens do português popular do Brasil**. *DELTA*. São Paulo: Educ., 1993. p. 437-454.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: MCWHORTER. JOHN. (Ed.) **Current issues in pidgin and creole linguistics**. Amsterdam: Benjamins, 1999.

NEVES, E. F. Escravismo policultor e meação. In: REUNIÃO ESPECIAL DA SBPC - SEMI-ÁRIDO: no Terceiro Milênio ainda um desafio, 4., 1996, Feira de Santana; JORNADA UNIVERSITÁRIA DA UEFS, 11., Feira de Santana. **Anais...** Feira de Santana: UEFS, 1996. p. 36-41, 1996.

_____. **Da sesmaria ao minifúndio: uma comunidade ertaneja**. (um estudo de história regional e local). Feira de Santana: UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

PINTZUK, S. **Varbrul programs**. 1988. Mimeo.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. da (Org.) **Diversidade lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997. p.93-114.

_____. **Hierarquização do controle da concordância no português moderno e medieval: o caso de estruturas de sujeito simples**. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional- projetos de investigação lingüística sobre o português do Brasil. Berlim. 1998.

SILVA, A. C. S. **A concordância verbal no vernáculo de Barra e Bananal**. Apresentação de pôster de bolsista de IC na 52ª Reunião Anual da SBPC, UNB, 2000. mimeografado.

SILVA, S. C. B. de M. e **.Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

VIEIRA, J. **A concordância sujeito-verbo em São José das Itaporocas**. 1981. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Universidade Federal da Bahia, Salvador.